

EDUCAÇÃO ESPECIAL: O INTERCÂMBIO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA

Alessandra Flores de Oliveira^{*}

Ronise Venturini Medeiros^{**}

Josefa Lídia Costa Pereira^{***}

Resumo: Este relato de experiência é fruto do trabalho que está sendo desenvolvido pelo subprojeto PIBID-Educação Especial em uma escola da rede estadual de ensino na cidade de Santa Maria, RS. Pretende-se refletir sobre a importância da relação entre família e escola para o processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno, considerando a realidade atual e as demandas existentes nesse contexto. Através de uma abordagem qualitativa, serão discutidas e analisadas ações e significados que, com frequência permearam nossa prática. O intercâmbio entre a família e a escola é fundamental e necessário, tendo-se presente que cada uma dessas instituições tem sua função determinada, ou seja, uma não substitui a outra e, sim, se complementam. A metodologia utilizada é o relato de experiência, tendo como base as observações realizadas durante o Atendimento Educacional Especializado e nas práticas desenvolvidas. Com este estudo evidenciou-se a importância da relação entre família e escola para o processo de desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Palavras-chaves: Educação Especial. Família. Escola.

Introdução

Este relato de experiência surge após quatro meses de vivências escolares, oportunizadas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), subprojeto Educação Especial, em uma escola da rede estadual de ensino, na cidade de Santa Maria, RS.

A educação Especial passa a constituir o grupo PIBID da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em 2014, com o projeto Práticas pedagógicas em Educação Especial na

^{*} Bolsista PIBID-Educação Especial e Acadêmica do curso de Licenciatura em Educação Especial Noturno/UFSM. E-mail: ale.fomv@gmail.com

^{**} Bolsista PIBID-Educação Especial e Acadêmica do curso de Licenciatura em Educação Especial Noturno/UFSM. E-mail: roniseventurini@gmail.com

^{***} Coordenadora de área PIBID-Educação Especial, Orientadora e Docente do Departamento de Educação Especial/UFSM. E-mail: jlcperreira@gmail.com

perspectiva da inclusão escolar – PIBID/UFSM. As ações propostas pelo projeto realizadas nas escolas participantes são:

- Atividades de ensino colaborativo em parceria e articulação com os professores do ensino comum;
- Confecção de materiais pedagógicos com objetivo de contemplar as especificidades de aprendizagem e pedagógicas dos alunos;
- Realização no âmbito mais individual e/ou em pequenos grupos do atendimento educacional especializado. (BRIDI; PEREIRA, 2014, p.13)

É com base na última ação proposta, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que desenvolvemos a análise da importância da relação entre família e escola para o processo de desenvolvimento do aluno. De acordo com Nobre (1987, p.118), podemos conceituar o termo “família”, como sendo

(...) um sistema aberto em permanente interação com seu meio ambiente interno e/ou externo, organizado de maneira estável, não rígida, em função de suas necessidades básicas e de um modus peculiar e compartilhado de ler e ordenar a realidade, construindo uma história e tecendo um conjunto de códigos (normas de convivências, regras ou acordos relacionais, crenças ou mitos familiares) que lhe dão singularidade.

A importância e o significado do contexto familiar na vida de cada sujeito são um fator primordial que pode ser decisivo em seu futuro, já que é através da família que nos inserimos no mundo. Reis (2010, p. 17) diz que

A família tem um papel imprescindível na vida de seus filhos; é onde acontece o desenvolvimento das primeiras habilidades, os primeiros ensinamentos através da educação doméstica na qual o filho aprende a respeitar os outros, a conviver com regras que foram criadas e reformuladas no decorrer da formação da sociedade.

Devemos evidentemente considerar que vivemos hoje uma realidade que, tecida pela modernidade, vem fazendo com que a estrutura familiar seja constantemente reformulada, ou seja, atualmente, aquele modelo tradicional que tínhamos, no qual o homem como pai era o provedor, e a mulher como mãe era quem “cuidava” dos filhos praticamente não existe mais. Com relação a esse aspecto, Battaglia (2002) tece a seguinte consideração:

Como construções sociais relativamente recentes, estas complexas reformulações familiares encontram-se sem modelo preestabelecido. Sendo assim, cada família necessita lidar com seus padrões e conceitos preestabelecidos para deles fazer emergir uma maneira original de constituir um grupo familiar com funções, direitos e deveres que atendam aos que dele participam. Nesta reformulação, as questões de gênero são inevitavelmente questionadas e pressionadas a transformarem-se (p.7).

A escola, sendo considerada como uma segunda instituição de formação do ser, ao lado da família deve reforçar os valores já recebidos. Segundo Reis (2010, p. 17),

Família e escola são pontos de apoio e sustentação ao ser humano, são marcos de referência existencial. Quanto melhor for a parceria entre ambas, mais positivos e significativos serão os resultados na formação do sujeito.

Como mencionado pelo autor, é de extrema importância uma relação próxima entre família e escola, proporcionando um contexto de aprendizagem adequado, no qual uma instituição complementa a outra e ambas contribuem para o processo de ensino-aprendizagem do aluno.

Visando a proporcionar um processo de ensino-aprendizagem mais significativo, é obrigatória a escola ofertar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Esse serviço:

[...]tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no Atendimento Educacional Especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008, p. 10).

O AEE permite um atendimento complementar ao da sala de aula regular, sendo que durante o período de experiência na escola, foi possível evidenciar que o mesmo é estendido também para os alunos com dificuldades de aprendizagem e Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade. Nesse contexto, pretende-se relatar as experiências adquiridas, analisando a importância da articulação entre família e escola no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos.

1 Desenvolvimento e resultados

Este relato é produto dos atendimentos realizados pelas acadêmicas bolsistas na escola, supervisionados pela educadora especial durante o primeiro semestre do ano de 2014. Tem uma abordagem qualitativa, já que “aprofunda-se no mundo dos significados, das ações e

relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (MINAYO, 2002, p.22).

A seguir será feita uma descrição dos alunos e dos atendimentos realizados, bem como uma discussão sobre a importância da relação entre família e escola para o desenvolvimento escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais.

1.1 Apresentação dos alunos

Faremos uma breve apresentação dos alunos que estamos atendendo durante esses quatro meses de trabalho desenvolvidos na escola. Os nomes dos alunos, por princípios éticos, serão preservados e representados pelas letras iniciais.

L.L, 15 anos, alegre, comunicativo, carinhoso e muito vaidoso, é um pré-adolescente típico. Está matriculado no sétimo ano do ensino fundamental, sendo aluno da escola desde a pré-escola.

L.L tem Síndrome de Down, que segundo informações dadas pela mãe na anamnese, foi constatada pelo médico logo depois ao parto. De acordo com Martinho (2006, p.2)

A síndrome de Down é uma ocorrência genética natural e universal, estando presente em todas as raças e classes sociais. É a alteração genética mais comum, sendo registrada aproximadamente em 1 de cada 700 nascimentos. Não é uma doença e, portanto, as pessoas com síndrome de Down não são doentes. Não é correto dizer que uma pessoa sofre de, é vítima de, padece ou é acometida por síndrome de Down. O correto seria dizer que a pessoa tem ou nasceu com a síndrome de Down. A síndrome de Down também não é contagiosa.

Esta alteração genética,

Por motivos ainda desconhecidos, durante o desenvolvimento das células do embrião são formados 47 cromossomos no lugar dos 46 que se formam normalmente. O material genético em excesso altera o desenvolvimento regular da criança. Este material extra se encontra localizado no par de cromossomos 21, daí o outro nome pelo qual é conhecida, Trissomia do 21. Para confirmar o diagnóstico de síndrome de Down é necessário fazer um exame genético chamado cariótipo (MARTINHO, 2006, p 2.)

A Síndrome de Down, segundo Schwartzman (1999), pode acarretar atrasos em todas as áreas do desenvolvimento, e consequentemente a deficiência mental. Mas,

não há um padrão previsível de desenvolvimento em todas as crianças afetadas, uma vez que o desenvolvimento da inteligência não depende exclusivamente da alteração

cromossômica, mas também do restante do potencial genético, bem como das importantes influências do meio (VOIVODIC apud SCHWARTZMAN, 2002, p. 31).

Segundo relato da mãe, a confirmação da síndrome pelo médico causou uma extrema desestrutura familiar, sendo que, a partir daí, todos os esforços foram em prol da busca de esclarecimentos e auxílio especializado.

L.L., atualmente, frequenta além da escola regular, atendimentos de fonoaudiologia, equoterapia, dançaterapia e APAE.

Em relação ao seu processo de ensino/aprendizagem notamos que embora exista o esforço, empenho e dedicação familiar para seu desenvolvimento, há uma influência considerável dos processos normativos que regem as relações nos espaços sociais, limitando e nomeando o lugar do sujeito, que frente à normalidade, vem sendo produzido na posição de incapaz no espaço escolar. Isso foi evidenciado por falas de alguns professores e colegas da escola: “Não adianta ele não faz e não vai conseguir fazer...”(prof.), “O L. tem problema, coitado...ele é Down”(colega). Foulcault (2008, p. 74) diz que

a norma que analisa, decompõe os indivíduos, os lugares, os tempos, os gestos, os atos, as operações. Ela os decompõe em elementos que são suficientes para percebê-los, de um lado, e modificá-los de outro.

De acordo com a mãe, a partir do quarto ano, L.L. “começou a não querer vir mais para a escola”, manifestava crises graves de ansiedade e o rendimento escolar foi aos poucos “estacionando”. A família, sempre muito participativa, busca ajuda, e depois de mais algumas tentativas frustradas de fazer com que L.L. sinta-se bem na escola, encontra a APAE, a qual ele frequenta três tardes por semana, intercalando o ensino regular com a mesma.

Essa descrição prévia do aluno se torna necessária, pois são características e fatos que fazem parte da constituição identitária de L.L.

O aluno J.T, tem oito anos e frequenta o terceiro ano do ensino fundamental. Segundo relatos da educadora especial, o mesmo possui diagnóstico de TDAH (Transtorno de Déficit de atenção e Hiperatividade). Segundo Rocha (2009, p. 21)

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade/Impulsividade (TDAH) caracteriza-se, essencialmente, por um padrão persistente de desatenção, hiperatividade e impulsividade, mais frequente e severo do que habitualmente observado em indivíduos com um nível de desenvolvimento comparável (*Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais [DSM – IV – TR]*, 2002)

As informações sobre o aluno J.T. são poucas, visto que ele chegou à cidade e começou a frequentar esta escola neste ano e também pelo fato de ter e estar passando por perdas e mudanças familiares significativas, o que dificulta um contato mais efetivo com a sua família. Dessa forma, o contexto familiar conturbado influencia, tanto em nossa coleta de informações sobre o aluno, como também no acesso as mesmas pela escola, e consecutivamente influenciando em algumas ações que poderiam ser desenvolvidas com ele.

Diante desse breve relato, encontramos em Dessen e Polonia (2007, p. 22), importantes considerações sobre a família, o que nos faz refletir sobre seu real papel na vida de uma criança. Eis o que dizem os autores:

[...] considerada a primeira instituição social que, em conjunto com outras, busca assegurar a continuidade e o bem estar dos seus membros e da coletividade, incluindo a proteção e o bem estar da criança. A família é vista como um sistema social responsável pela transmissão de valores, crenças, idéias e significados que estão presentes nas sociedades (Kreppner, 2000). Ela tem, portanto, **um impacto significativo e uma forte influência no comportamento dos indivíduos, especialmente das crianças**, que aprendem as diferentes formas de existir, de ver o mundo e construir as suas relações sociais.[...] Ela é a matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva. Os acontecimentos e as experiências familiares propiciam a formação de repertórios comportamentais,[...] (grifo das autoras).

Durante esses quatro meses na escola, foi possível evidenciarmos uma desestruturação familiar e emocional do aluno, refletindo-se no seu processo de desenvolvimento.

Nas observações realizadas que antecederam aos atendimentos, notamos que J.T. era muito carinhoso, afetuoso, esperto, questionador e curioso. A cada encontro, vinha com uma pergunta diferente como: “Onde surgiu a Confeitaria Copacabana?” / “Qual a origem do Jazz?”.

Com a desestruturação familiar algumas alterações comportamentais foram evidentes, tais como: maior agitação, agressividade e indecisão. Por vezes, não queria frequentar o atendimento, algo que ele gostava muito de fazer anteriormente.

A escola sugeriu que o atual responsável procurasse o auxílio de um psicólogo para J. T., no entanto, por motivos alheios ao nosso conhecimento, isso não foi providenciado.

1.2 Contextualização dos atendimentos

Os alunos atendidos frequentam a sala de aula e recebem o AEE no turno da manhã. Embora seja prevista pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a oferta do AEE preferencialmente no contra turno escolar, tal ação não é possível pois os alunos têm dificuldades de ir à escola no turno inverso. A partir desse contexto, mantivemos a organização dos atendimentos já existentes.

Os planejamentos foram organizados a partir das observações realizadas na sala de recursos e visaram, inicialmente, à identificação das principais demandas desses alunos, sejam elas, educacionais ou subjetivas, focando no desenvolvimento de suas potencialidades para um melhor aproveitamento escolar e social.

Acreditamos que o ser humano não deve ser compreendido apenas em razão de seu comportamento manifesto; dessa forma, é necessário que nossa prática seja sensível a características próprias do sujeito, a seu momento de vida e a influências sociais e culturais.

1.3 Importância da relação entre família e escola para o desenvolvimento do aluno

A família como vínculo inicial e base de estruturação do sujeito, tem um papel fundamental em sua evolução cognitiva, social e cultural, e a parceria entre ela e a escola pode ser o fator decisivo no sucesso escolar do aluno. Segundo SANTOS (1999, p. 5),

No que cabe às relações entre família e escola, torna-se imperativo assumir um compromisso com a reciprocidade. De um lado, a família, com sua vivência e sabedoria prática a respeito de seus filhos. De outro, a escola com sua convivência e sabedoria não menos prática a respeito de seus alunos. É preciso entender que esses mesmos alunos são também os filhos, e que os filhos são (ou serão) os alunos. Dito de outra forma: cabe às duas instituições mais básicas das sociedades letradas o movimento de aproximação num plano mais horizontal, de distribuição mais igualitária de responsabilidades.

No momento em que a reciprocidade entre essas duas instituições falha, quer seja de um lado ou de outro, cria-se uma sobrecarga de responsabilidades para um dos lados, ficando ou a escola com a responsabilidade de tentar resolver/suprir/orientar aquilo que deveria ser feito pela família; ou a família buscando em outras instituições novas formas de aprendizado que deveriam ser construídos na escola.

De acordo com Dessen e Polonia (2007, p. 27), “É importante ressaltar que a família e a escola são ambientes de desenvolvimento e aprendizagem humana que podem funcionar como propulsores ou inibidores dele”. Com essa relação de reciprocidade, na qual cada uma

dessas instituições desempenha o seu papel de forma complementar, o aluno só terá benefícios no seu processo de desenvolvimento. No entanto, quando não há reciprocidade, poderá acontecer uma inibição, um atraso ou até mesmo uma regressão do desenvolvimento do aluno.

Segundo Tiba (1996, p.187),

a educação escolar é diferente da educação familiar. Não há como uma substituir a outra, pois ambas são complementares. Não se pode delegar à escola parte da educação familiar, pois esta é única e exclusiva, voltada à formação do caráter e aos padrões de comportamentos familiares.

É preciso, no entanto, considerar que tanto a família como a escola são instituições que, como já foi citado, vem-se reformulando para acompanharem o processo constante de evolução. Com o advento da modernidade, vemos que muitos dos valores que anteriormente eram considerados como bases de princípios éticos, hoje são esquecidos. Outro ponto que deve ser citado é a velocidade com que as mudanças acontecem e com elas novas exigências são criadas. Com isso, faltam “coisas” às pessoas, “falta tempo”, “falta dinheiro”, “falta qualidade de vida”, o que se reflete na mesma proporção de rapidez no interior das relações, tanto familiares como escolares.

Considerações finais

Ao longo desses quatro meses de trabalho desenvolvidos na escola, foi possível evidenciarmos a importância da relação entre família e escola para o processo de desenvolvimento de alunos com necessidades educacionais especiais. Percebemos que quando ocorre uma “falha” nessa relação, isso interfere no processo de aprendizagem dos mesmos.

Como futuras educadoras especiais, cabe-nos ficar atentas às demandas, muitas vezes silenciosas que chegam até nós. É necessário ter presente que: o que é tomado como “não consegue aprender”, pode implicar uma estratégia perversa de manter afastado o que não pode ser mais, teoricamente, excluído. Evidentemente que não é nossa intenção impor verdades, mas sim problematizar e analisar o que estamos observando hoje na escola, seu impacto na formação desses alunos e a importância de um olhar que não os defina como incapazes, já que não o são.

Com isso, o intercâmbio entre a família e a escola se torna um dos pilares necessários para que a estrutura construída seja realmente forte com base na troca de informações e não

na substituição de lugares, ou seja, a escola não deve substituir o papel formador da família e, sim, complementar os valores já adquiridos, configurando um campo de aprendizado social introdutório para a vida adulta.

Referências

BATTAGLIA, Maria do Céu Lamarão. **Terapia de família centrada no sistema**. Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRIDI, F.R.de S, PEREIRA, J.L.C. **Práticas pedagógicas em Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar – PIBID/UFSM**. Projeto de Ensino. Santa Maria, 2014.

DESSEN, M.A., POLONIA, A. da C. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano**. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a03.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

FOUCAULT, M.. **Segurança, Território, População**: curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MARTINHO, I. A. M. **Síndrome de Down**. São Paulo. 2006.

MINAYO, M. C. S. (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

NOBRE, L. F. Terapia familiar: uma visão sistêmica. In: Py, L A. et all. **Grupo sobre grupo**. Rio de Janeiro. Rocco, 1987.

REIS, Liliani Pereira Costa dos. **A participação da família no contexto escolar**. Salvador, 2010.

ROCHA, M.M. **Programa de habilidades sociais educativas com pais: efeitos sobre o desempenho social e acadêmico de filhos com TDAH**. Tese (Doutorado) 2009. São Carlos, SP. Disponível em: <http://www.bdt.d.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_arquivos/9/TDE-2009-07-15T154927Z-2200/Publico/2243.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2014.

SANTOS, M. P. **A inclusão e as relações entre família e escola**. Espaço, 1999.

SCHWARTZMAN, J. S. **Síndrome de Down**. São Paulo: Memnon, 1999.

TIBA, Içami. **Disciplina, limite na medida certa**. 1. ed. São Paulo: Editora Gente, 1996.